

IMPOSTOS MUNICIPAIS

TAXAS

IMI						
Ano	Limites n/avaliados		Aplicada	Limites avaliados		Aplicada
	Min	Máx		Min	Máx	
2003	0,4	0,8	0,8	0,2	0,5	0,5
2004	0,4	0,8	0,7	0,2	0,5	0,4
2005	0,4	0,8	0,8	0,2	0,5	0,5
2006	0,4	0,8	0,8	0,2	0,5	0,5
2007	0,4	0,8	0,72	0,2	0,5	0,45
2008	0,4	0,8	0,7	0,2	0,5	0,4
2009	0,4	0,7	0,7	0,2	0,5	0,4
2010	0,4	0,7	0,7	0,2	0,4	0,4
2011	0,5	0,8	0,7	0,3	0,5	0,4
2012	-	-	-	0,3	0,5	0,39
2013	-	-	-	0,3	0,5	0,39
2014	-	-	-	0,3	0,5	0,39
2015	-	-	-	0,3	0,5	0,37

Derrama				
Ano do Exercício	Limites		Aplicada	
	Min	Máx		
2008	0%	1,5%	1,5%	Isenção de derrama sobre o lucro tributável para empresas que tenham tido um volume de negócios inferior ou igual a 150.000,00€
2009	0%	1,5%	1,5%	
2010	0%	1,5%	1,5%	
2011	0%	1,5%	1,5%	
2012	0%	1,5%	1,5%	
2013	0%	1,5%	1,5%	
2014	0%	1,5%	1,5%	
2015	0%	1,5%	1,5%	

IRS			
Ano dos Rendimentos	Limites		Aplicada
	Min	Máx	
2008	0%	5%	5%
2009	0%	5%	5%
2010	0%	5%	4%
2011	0%	5%	5%
2012	0%	5%	5%
2013	0%	5%	4%
2014	0%	5%	4%
2015	0%	5%	4%
2016	0%	5%	4%

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE AS CONDICIONALIDADES DE POLÍTICA ECONÓMICA

■ 6. Mercado da habitação

■ Tributação de bens imóveis

- 6.4. O Governo modificará a tributação de bens imóveis com vista a nivelar os incentivos ao arrendamento com os de aquisição de habitação própria. Em particular, o Governo irá: ii) reequilibrar gradualmente os impostos sobre imóveis existentes, dando primazia aos recursos a obter através do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em detrimento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), tendo em conta os grupos mais vulneráveis.

PREVISÕES SOBRE RECEITAS ADICIONAIS DE IMI

Jornal de Notícias

Novo IMI tira às famílias 700 milhões de uma só vez

LUCÍLIA TIAGO 05/10/2012

Sem cláusula de salvaguarda, a fatura do IMI de 80% dos 5,2 milhões de imóveis que estão a ser avaliados vai aumentar em média mais 170 euros no próximo ano face ao valor pago em 2012.

Com o "travão" à subida da fatura do IMI das casas que estão a agora a ser reavaliadas no âmbito do processo de avaliação geral, a receita deste imposto aumentaria em cerca de 250 milhões de euros em 2013. Mas, sem a cláusula de salvaguarda, o valor adicional a pagar pelos proprietários ascenderá a 700 milhões de euros, quase o triplo do inicialmente previsto. A previsão de receita adicional do IMI foi feita pela Comissão Europeia na sequência da 4.ª avaliação ao programa de assistência financeira. Mas este valor pode até pecar por defeito porque, segundo a Associação dos Peritos Avaliadores de Engenharia, a subida das taxas do IMI conjugada com os novos valores patrimoniais tributários, deverão aumentar a fatura do IMI em cerca de 1,4 mil milhões de euros.

LEI N.º 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013

CAPÍTULO IV

Finanças locais

Artigo 96.º

Redução do endividamento

4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município.

INFORMAÇÃO (ANUAL) DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA SOBRE PROCESSO DE AVALIAÇÃO GERAL DOS PRÉDIOS URBANOS

Ano de 2014

Processo de avaliação geral dos prédios urbanos

Nos termos do artigo 98.º da Lei n. 82-B/2014, de 31 de dezembro, é necessário o apuramento do aumento de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos (AG) constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro. Assim sendo, importa apurar o montante em causa tendo em conta os valores da receita de IMI prevista cobrar em 2015 (coleta de 2014) e a receita de IMI cobrada em 2012 (coleta de 2011).

Assim, para os efeitos previstos no supracitado artigo 98.º, disponibiliza-se a informação sobre a variação da receita do IMI para esse município, resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana.

O cálculo da variação da receita de IMI foi efetuado da seguinte forma:

Ano	VALOR RECEITA	VARIAÇÃO RECEITA IMI
2011	26.613.039,19 (A)	-5.729.490,35 (C)
2014	20.883.548,84 (B)	

(A) - Receita de IMI dos prédios avaliados no âmbito da AG relativa a 2011.

(B) - Receita prevista(1) de IMI dos prédios avaliados no âmbito da AG relativa a 2014.

(C) - Variação da receita de IMI resultante do processo da AG ($C=B-A$).

A receita prevista foi estimada com base na aplicação da percentagem de cobrança registada no ano anterior.

IMI

IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis			
ANOS	Receita IMI	Receita Total	Peso IMI na Receita Total
2004	23.850.631 €	126.628.735 €	19%
2005	28.992.462 €	138.429.338 €	21%
2006	36.438.413 €	136.142.617 €	27%
2007	42.185.820 €	156.959.832 €	27%
2008	42.384.240 €	134.185.256 €	32%
2009	41.971.893 €	151.440.007 €	28%
2010	47.346.984 €	203.416.149 €	23%
2011	48.442.202 €	160.134.969 €	30%
2012	50.129.686 €	167.693.597 €	30%
2013	46.489.974 €	171.762.375 €	27%
2014	51.222.405 €	147.569.224 €	35%
2015 *	37.438.161 €	156.775.391 €	24%

* Os valores de 2015 são à data de 28 de outubro

LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO

REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS

TÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 81.º

Receitas próprias

1 - A alínea a) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, mantém-se, relativamente ao imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis, em vigor até 31 de dezembro de 2018.

2 - A partir de 2017 as taxas do IMT são reduzidas nos seguintes termos:

a) Em 2017, redução de um terço;

b) Em 2018, redução de dois terços.

IMT

IMT (Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)			
ANOS	Receita IMT	Receita TOTAL	Peso IMT na Receita Total
2004	12.250.336 €	126.628.735 €	10%
2005	19.707.444 €	138.429.338 €	14%
2006	21.920.551 €	136.142.617 €	16%
2007	25.626.519 €	156.959.832 €	16%
2008	20.189.517 €	134.185.256 €	15%
2009	14.554.659 €	151.440.007 €	10%
2010	17.140.095 €	203.416.149 €	8%
2011	10.077.943 €	160.134.969 €	6%
2012	8.958.727 €	167.693.597 €	5%
2013	12.503.016 €	171.762.375 €	7%
2014	11.130.201 €	147.569.224 €	8%
2015 *	12.087.330 €	156.775.391 €	8%

* Os valores de 2015 são à data de 28 de outubro

POLÍTICA FISCAL PARA 2016

VERBAS QUE A AUTARQUIA PRESCINDE A FAVOR DOS SEUS MUNÍCIPES

IMI		IRS		Derrama	
Taxa máxima (0,50%)	67,0 M€	Taxa máxima (5%)	18,6 M€	1,5% sobre o VN	6,8 M€
Taxa aplicada (0,37%)	50,2 M€	Taxa aplicada (4%)	14,9 M€	1,5% do VN < 150 m€	0,7 M€
valor não cobrado	16,8 M€	valor não cobrado	3,7 M€	valor não cobrado	0,7 M€

Total - 21,2 Milhões de euros

ORÇAMENTO – DIMENSÃO CONCELHO

Orçamento Inicial - 2015			
Município	em M€	População	per capita
Lisboa	698	524.282	1.332,21 €
Porto	192	227.535	842,51 €
Cascais	160	206.479	774,78 €
Oeiras	122	172.822	703,04 €
Mafra	51	76.685	667,61 €
Odivelas	83	144.549	574,17 €
Loures	111	208.042	535,85 €
V. N. Famalicão	71	133.974	531,70 €
Maia	69	136.017	508,48 €
Braga	91	182.110	498,05 €
Amadora	85	175.631	483,97 €
Barcelos	56	120.084	467,54 €
Almada	78	172.206	450,38 €
Sintra	150	379.963	394,78 €
V. F. Xira	52	138.710	377,80 €

